

ANEXO I

PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CHEFE DE
DIVISÃO DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO**

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e considerando que:

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 9 de fevereiro de 2024, o método de seleção facultativo ou complementar escolhido para ser aplicado no presente procedimento foi a avaliação curricular, método de seleção que permite analisar a qualificação dos candidatos para as exigências do cargo e cujos parâmetros de avaliação atendidos, e definidos na Ata 1, foram as habilitações académicas, a experiência profissional e a formação profissional;

O método de seleção obrigatório aplicado, nos termos das disposições legais aplicáveis, foi a entrevista pública que visa, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, proceder à avaliação das aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, que se encontram vertidas nas competências comportamentais que integram o perfil de competências constante do mapa de pessoal e foram escolhidas de entre as constantes do anexo VI da Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro, a que estão associados os comportamentos identificados como mais relevantes para um desempenho profissional de qualidade;

A classificação final resulta da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos dois métodos de seleção aplicados - avaliação curricular, que se baseia numa análise documental e permite aferir da qualificação profissional mas não da efetiva qualidade da mesma, e entrevista pública, que avalia as competências essenciais ao exercício das funções inerentes aos cargos a prover, através de um contacto pessoal, e assenta na aferição do modo efetivo de atuação e conhecimentos dos candidatos e, consequentemente, da sua adequação e capacidade de adaptação ao cargo específico;

A candidata **Sandra Cristina Rodrigues Nobre Henriques** possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, para o provimento do referido cargo;

A referida candidata revelou possuir competência técnica na área de atuação da unidade orgânica em causa, designadamente no domínio da implementação e manutenção de um atendimento multicanal integrado, registo e encaminhamento das reclamações, faturação e recebimento das receitas das várias áreas do Município, gestão da Loja do Cidadão e dos Espaços Cidadão e do expediente geral do Município.

A candidata **Sandra Cristina Rodrigues Nobre Henriques** demonstrou aptidão para o exercício do cargo, revelando ao longo da entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências profissionais e cuja síntese se apresenta infra, uma excelente capacidade de liderança e gestão de pessoas, um excelente sentido de orientação para o serviço público, uma muito boa capacidade de planeamento e organização da atividade da unidade orgânica e dos elementos que a integram, ser detentora de bons conhecimentos especializados e de experiência tidos como essenciais ao adequado desempenho das funções de dirigente, possuir uma muito boa capacidade de análise de informação e sentido crítico, ser detentora de uma excelente capacidade de trabalho de equipa e cooperação, possuir uma muito boa visão estratégica para a organização e para o serviço e deter uma excelente capacidade de representação e colaboração institucional;

Aplicados os métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista Pública, a candidata obteve a seguinte valoração na classificação final – 16,91 valores;

Prevê-se, face ao supra indicado e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção aplicados, uma boa adaptação ao cargo, bem como um desempenho de qualidade no exercício das funções a esse inerentes;

Propõe-se a designação da candidata **Sandra Cristina Rodrigues Nobre Henriques** para Chefe da Divisão do Atendimento ao Cidadão, cuja síntese curricular se apresenta infra.

Síntese curricular

Sandra Cristina Rodrigues Nobre Henriques é licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Desde 6 de janeiro de 2023 que desempenha funções de Chefe da Divisão de Atendimento ao Cidadão, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Cascais;

Entre 29 de junho de 2022 e 5 de janeiro de 2023 exerceu funções de Técnica Superior no Gabinete de Inovação, no Município de Cascais;

De 29 de junho de 2016 a 28 de junho de 2022 desempenhou funções de Chefe da Divisão de Intervenção Social, em regime de comissão de serviço, no Município de Cascais;

Entre 6 de maio de 2008 e 28 de junho de 2016 desempenhou funções de Chefe da Divisão de Intervenção Sócio Territorial, em regime de substituição, no Município de Cascais;

De 17 de abril de 2008 a 5 de maio de 2008 executou funções de Técnica Superior Assessora, área de serviço social, na Divisão de Intervenção Territorial, no Município de Cascais;

Entre 1 de janeiro de 2005 e 16 de abril de 2008 desempenhou funções de Técnica Superior Principal, área de serviço social, na Divisão de Intervenção Territorial, no Município de Cascais;

De 30 de julho de 2004 a 31 de dezembro de 2004 exerceu funções de Técnica Superior Principal, área de serviço social, no Gabinete do Projeto Especial de Realojamento, no Município de Cascais;

Entre 4 de maio de 2000 e 29 de julho de 2004 executou funções de Técnica Superior de 1.ª classe, área de serviço social, no Gabinete do Projeto Especial de Realojamento, no Município de Cascais;

De 1 de setembro de 1999 a 3 de maio de 2000 desempenhou funções de Técnica Superior de 2.ª classe, área de serviço social, no Gabinete do Projeto Especial de Realojamento, no Município de Cascais;

Entre 1 de setembro de 1997 e 31 de agosto de 1999 exerceu funções de Técnica Superior de 2.ª classe, área de serviço social, ao abrigo de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, no Gabinete do Projeto Especial de Realojamento, no Município de Cascais;

De 25 de março de 1996 a 24 de março de 1997 executou funções de Técnica Superior de 2.ª classe, área de serviço social, ao abrigo de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, no Gabinete do Projeto Especial de Realojamento, no Município de Cascais.

Frequentou várias ações de formação na área de atividade do cargo a prover, nomeadamente em gestão de reclamações, atendimento, trabalho em equipa, gestão de redes e governança local e empreendedorismo social.

Concluiu com sucesso o Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL).

O Júri

Maria Nolasco

Presidente

Dra. Maria Nolasco

Vogal

Eng. Bernardo Pinto Gonçalves

Vogal

Dr. João Miguel Henriques